

## A MODULAÇÃO DO OBSCENO NOS EUFEMISMOS PARÓDICOS DE “DIGA... NÃO DIGA...”, DE PIERRE LOUÏS

Eider Madeiros (UFPB)<sup>1</sup>

Hermano de França Rodrigues (UFPB)<sup>2</sup>

**Resumo:** Pierre Louÿs apresenta, no último capítulo do *Manual de civildade destinado às meninas para uso nas escolas* (2005), um pequeno guia de eufemismos que brinca jocosamente com a ordem pública dos bons costumes quando esta tenta estabelecer, através das figuras de linguagem, os devidos modos de falar, os dizeres adequados às femininas representantes do pudor como virtude social. Este ensaio se propõe a pensar o fator obsceno como imprescindível à compreensão da instância pornoerótica, diante de sua capacidade de movimentar e qualificar o limiar entre as ordens morais e os princípios de prazer, entre o impedido e o permitido, entre o implícito e o explícito, sem escapar da sua própria ambivalência destrutivo-produtiva.

**Palavras-chave:** Literatura pornoerótica; Obscenidade; Ambivalência; Psicanálise; Pierre Louÿs.

### Introdução

O puritanismo burguês na *Belle Époque* francesa entre-séculos (~1871-1914), estivesse em maior ou menor relação contemporânea e política com a Era Vitoriana (1837-1901) do império britânico – que influenciou cultural e profundamente o conhecido universalmente por puritanismo sexual moderno –, ainda mostrava fortes sinais de sua vigência enquanto preceito moral no desenrolar da primeira metade do século XX. Se as transformações culturais e a prosperidade anunciadas a esta *bela época* expandiam a economia, as formas de comunicação e os meios de divertimento, elas não ocorriam sem a preocupação com os limites que estas mudanças trariam aos valores do romantismo e da moral sexual. Ou seja, o ideal estético e o ideal amoroso românticos se reduziam pragmaticamente àquilo que Gay (1990, p. 9) denominou de “reserva erótica” do amor e da moralidade burgueses.

Comedido em suas práticas, subordinado ao matrimônio e delineado pelas relações parentais dominadas assimetricamente pelo poder do homem-pai, o modelo de amor burguês vem a se tornar o padrão daquela época. Sem dúvida, em maior ou menor grau, o puritanismo vitoriano continua pulverizado como padrão no pensamento conversador, intrinsecamente burguês, sobre os costumes até os dias de hoje; dias estes

---

<sup>1</sup> Graduado em Letras (UFPB), Especialista em Sociologia (UCAM), Mestrando em Letras (UFPB). Contato: eidermadeiros@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Letras (UFPB), Professor Adjunto (DLCV/PPGL/UFPB). Contato: hermanorg@gmail.com.

ainda ensaiados a partir das ideias da classe dominante burguesa (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

O autocontrole e a autovigilância sobre as paixões, evitadas, mas, que não deixavam de assolar o corpo viril e exemplar do homem burguês de outrora – por sinal, o único com permissão e responsabilidade para demonstrar o seu caráter masculino no convívio social público – buscavam determinar “os caminhos aceitáveis para o amor [conjugal]”. Os ideais burgueses de castidade, monogamia e pureza “estavam claramente demarcados e eram fortemente vigiados” no contrato social do casamento e na instituição da família nuclear, com vistas à manutenção de uma “sociedade respeitável” (GAY, 1990, p. 9; 178).

Fruto dessas práticas de controle da sociedade respeitável patriarcal, os manuais de civilidade se dirigiam a um público que, ao contrário do homem-pai, pertencia à dimensão do privado e representava a extensão duplicada mais intransigente desse ordenamento. Se as boas maneiras eram cultivadas no próprio processo de formação pública da índole heroica e nobre dos homens viris, elas passariam a vigorar junto às mulheres e meninas, esposas e filhas, através do manuscrito das regras de conduta e dos códigos de educação feminina.

Os manuais, desta forma, traduziam consideravelmente a máxima domesticação dos instintos, restritos e exclusivamente aprimorados para ditar também os costumes à parcela feminina da população, enobrecendo os lares e tornando estes lugares domésticos em ambientes tão exemplares e distintos quanto os perseguidos fora de casa por aqueles homens da sociedade civilizada e idealizada pelo mito civilizatório. As mudanças sinalizadas pelo progresso da *Belle Époque* “para muita gente, [...] não constituíam uma ameaça, e sim uma promessa” (GAY, 1988, p. 43) que, porém, exigiam, em contrapartida, um refinamento do comportamento, um gerenciamento dos corpos e dos gestos, um domínio sobre as pulsões, uma reprimenda no relativo ao sexual.

A concretização dessas práticas, contudo, não ocorria de forma tão simples, sobretudo por conta da dupla moral burguesa se complicar diante, por exemplo, da prostituição como um “mal necessário”. O sexo, nestas vias, não teria como ser puritanamente reprimido, pois, de certo modo, se os prostíbulos permaneciam ativos, estavam a serviço daquilo que transbordava dos excessos masculinos dominantes.

Instituição que desmascara a hipocrisia desse puritanismo, a prostituição auxiliava na preservação das instituições familiares, ao desviar os incontroláveis institutos sexuais masculinos, mais ou menos perversos, do recatado ambiente doméstico. Dela também se revelaram as múltiplas disparidades na objetificação das mulheres, do privado ao público. Como afirma Badinter (1986), a “mulher de família” era tão objeto quanto a “mulher da vida”: ao mesmo tempo que a primeira era instrumento de alianças sociais em casamentos por interesse, também era um corpo ao qual se tomava posse para reprodução da prole, enquanto a segunda servia como uma forma de distração e permissividade sexual.

Em *Manual de civilidade destinado às meninas para uso nas escolas*, publicado em Paris em 1926, mas escrito quase uma década antes, Pierre Louÿs dialoga com esse cenário pudico, mas hipócrita, parodiando os rigorosos e moralistas manuais utilizados à época. Nesse breve livro, considerado a obra mais subversiva do autor francês, o tom predominante é satírico, incisivo e cru, evidentemente pornográfico, e busca dar conta de temas incestuosos, heréticos e, principalmente, perversos, em virtude de se permitir a sugestões sexuais que se voltam a leitoras implícitas que fariam o texto ser censurado por razões de pedofilia.

Dentro de nossa proposta de análise, nos limitamos ao capítulo final “Diga... Não diga...”<sup>3</sup>, por sua caracterização linguageira significativa da força enunciativa que o obsceno traz ao dismantelar as falsas moralidades que guiam o restante do livro, em seus ataques sarcásticos à cultura burguesa puritanamente dúbia da *Belle Époque*.

### **A modulação do obsceno e o eufemismo paródico**

O obsceno carrega, sob todo e qualquer olhar que se pense lançar acerca dele, uma capacidade qualificativa bastante peculiar tanto de seu funcionamento adjetivo quanto de sua substantivação. Ao nomear algo, substantivamente, esse ato de linguagem, arbitrário na medida em que se busca elaborar qualquer fundamentação comunicativa, evoca a necessidade de um uso para aquele significante que nem sempre sucede de

---

<sup>3</sup> Mantivemos a ordem “Diga... Não diga...” tal como que se encontra no título do capítulo da edição de 1947 a qual tivemos acesso e que fora publicada em Londres: “Dites... Ne dites pas...”. Apesar de a ordem no sumário (*table*) estar invertida da mesma forma como se apresentou a tradução de Plínio Augusto Coêlho, da editora brasileira Imaginário, e a própria ordem de imperativos nas linhas do texto original e traduzido estarem na sequência de primeiro a negativa e depois a afirmativa, optamos por fazer essa inversão por seu exemplo de modulação. Alterar a ordem dos fatores sem afetar o produto é um aspecto caro ao axioma matemático, mas também serve ao obsceno como um resultado de certa desordem.

maneira satisfatória, porque pode vir a dizer de um vir-a-dizer repleto de outras naturezas. Como bem pontua Eco (1991, p. 114-115), desde este momento de expressividade que envolve fonética, semiose, enunciação, interlocução – da semântica à pragmática – e trata do “liame arbitrário entre significante e significado”, ao falarmos, nos abrimos à representação de algo que, mesmo tendo sido dito na perspectiva do emissor, pode não ter sido mais que um mero embaralhado semasiológico, mais que um jogo de comutação alternada por escolhas interpretativas nem sempre moduladas pela linguagem explicitada.

Ao caracterizar algo, adjetivamente, implementamos aspectos de juízo de valor que tiram ou trazem à cena associações capazes de minimizar ou maximizar nosso nível de impessoalidade para com o que estamos a elaborar.

O obsceno, por exemplo, é tido, conforme o glossário etimológico de Portella (1984, p. 115) como o “oposto à cena”, significado que se associa objetivamente com o que se presentifica perante o olhar, ao visto, ao “que não se pode levar ao palco por atentatório à moral”. Já Moraes (2003, p. 123) resgata o sentido original de “mau agouro” do vocabulário latino *obscenus*, que nos conota ao que não deve ser pronunciado, que deve ser calado pelo efeito que sua própria enunciação acarretaria.

Entre o olhar e o falar, observamos duas dimensões que fazem uso do obsceno enquanto modulação e nos permitem reconhecer que os produtos oriundos dessa adjetivação tendem a uma infinidade imaginativa considerável. A partir disso, pensamos refletir melhor sobre como se dariam estes funcionamentos junto à teoria psicanalítica.

Na mesma esteira comum de substantivação de adjetivos pela qual muito se exercita o vernáculo psicanalítico, como se pode perceber desde o fulcral “inconsciente” freudiano – assim como em “perverso”, “neurótico”, “psicótico”, até os “simbólico”, “imaginário”, “real” lacanianos –, o “obsceno” pode ser apropriado por este campo de saber como um sintagma nominal e categórico de análise.

Segundo o linguista Perini (1997), os adjetivos possuem essa flexibilidade junto aos substantivos de forma mútua, uma vez que dentro da concepção de linguagem enquanto ferramenta de múltiplas funções interlocutórias e diversos usos contextuais e pragmáticos, essas classes gramaticais podem se reversar semanticamente.

Nesse terreno lexical, à luz de Basílio (2007), podem surgir sintagmas nominais que comprovam esse movimento de idas e vindas, tais como os substantivos com

função adjetiva (nominativos de agente que passam a qualificar: como em “pai castrador” ou “discurso *fetichista*”), os adjetivos denominais (que derivam de substantivo e mudam de sentido de acordo com a sufixação, mas que não se desprendem do significante radical de suas bases, como em “obra *hilstiana*” e “membro *carnudo*”), as gírias substantivas qualificadoras (como em “mulher *gata*” ou “filho *puto*”) e, que mais nos interessam, os adjetivos substantivados (que se ora apenas qualificavam, passaram a designar coisas).

Essa digressão linguística se fez necessária para pontuar que, antes mesmo de partir para o plano discursivo, o obsceno está enredado em um quadro linguístico de implicações redundantes intensas, desde já um fenômeno de linguagem. Se vem nomear ou adjetivar, aquilo que a exibição visual (não-verbal) não deveria remeter ou o que a linguagem explícita (verbal) não deveria dizer, pois já o obsceno do obsceno, não podemos desconsiderar que, nesse próprio exercício lexical, é possível que tais elementos se confundam, se imbriquem, sem perder o seu efeito.

Antes de retomarmos a reflexão dentro do alicerce psicanalítico que elegemos como eixo teórico principal, é importante destacar a concepção que o obsceno empreende para com o discurso da moralidade que trouxemos introdutoriamente.

Ao citar, coincidentemente, a tradição francesa, em nomes como Sade, Lautréamont e Bataille, como a que vem questionar o obsceno para além de uma mera convenção social daquilo que busca tornar vil as funções e os prazeres sexuais, Sontag (1987) pontua que:

Seus trabalhos [da tradição francesa] sugerem que “o obsceno” é uma noção primal do conhecimento humano, algo muito mais profundo que a repercussão de uma aversão doentia da sociedade ao corpo. A sexualidade humana é, à parte as expressões cristãs, um fenômeno altamente controverso e pertence, ao menos em potencial, mais às experiências humanas extremas que às comuns. Por domesticada que possa ser, a sexualidade permanece como uma das forças demoníacas na consciência do homem – impelindo-nos, de quando em quando, para perto de proibições e desejos perigosos, que abrangem do impulso de cometer uma súbita violência arbitrária contra outra pessoa ao anseio voluptuoso de extinção da consciência, à ânsia da própria morte. [...] O obsceno, isto é, a extremidade da experiência erótica, é a raiz de energias vitais. (SONTAG, 1987, p. 54; 56).

Entremeado que está pelos adjetivos substantivados do erótico e do pornográfico, o obsceno – dentro do que preferimos fundir como instância pornoerótica a partir do que Rodrigues (2015) elabora sobre a indissociabilidade daqueles primeiros – encontra nessa posição uma raiz parcialmente inconsciente aproximada tanto da noção pulsional do que é reprimido, elaborada por Freud ([1915] 1996b) junto ao aparelho psíquico, como do que Foucault ([1976] 2017, p. 11) cogita que “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples ato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”.

Nesse sentido, Rodrigues (2015, p. 14) resume que:

A pornografia, além de conter tudo o que é erótico, concentra algo a mais, da ordem do irrepresentável, de um gozo mortífero, sedutor e inevitável. Contra ela, o máximo que o sujeito poderá fazer é negá-la. E recorrendo a esta artimanha, estará alimentando-a mais e mais.

Dentro das linhas fronteiriças entre o reprimido, o interdito e o negado, o obsceno em “Diga... Não diga...” apresenta a figura de linguagem dos eufemismos e a releitura cômica do estilo paródico como um demonstrativo formidável da palavra enquanto elemento desvelado e manifesto daquilo que mantemos latente no território dos desejos e da representação da coisa sem palavra correspondente, sempre recalcada na estruturação do nosso inconsciente.

### **O obsceno nas reentrâncias da linguagem cômica e interdita**

Nos valendo da imaginação pornográfica, podemos conceber um certo nível de inquietação caso nos defrontássemos com a cena em que uma menina obedecesse à seguinte regra de etiqueta louisiana: “Não diga: ‘Estou com vontade de foder.’ Diga: ‘Estou nervosa’”. (LOUÏS, 2005, p. 107).

Essa interdição da fala obscena substituída pelo eufemismo tolerável só possui algum efeito porque somos apresentados àquilo que não foi dito. No âmbito dos discursos a partir da psicanálise, a inquietação que pensamos conceber se transmuta, em verdade, na maioria das vezes, na satisfação diante de um dizer espirituoso, diante de um chiste. O chiste serve, nos eufemismos paródicos de Louÿs, para falar de algo que não pode ser dito, ou não pode aparecer como tal. Mas, caso aparecesse seria de um valor superior, pois verdadeiramente exposto, por mais obsceno que fosse.

Para Freud ([1905] 1996a, p. 188) “a *paródia* e o *travestismo* realizam de outra forma a degradação de algo eminente: destroem a unidade existente entre o caráter de uma pessoa, tal como o conhecemos, e seus discursos e atitudes, substituindo as figuras eminentes ou suas enunciações por outras, inferiores”. Nessa perspectiva, os imperativos dos dizeres velam a hipocrisia do puritanismo que jocosamente Louÿs busca perverter brincando.

Ainda segundo Freud ([1905] 1996a, p. 98):

Pela enunciação de palavras obscenas a pessoa em questão é compelida a imaginar a partir do corpo ou o procedimento em questão, ao mesmo tempo que lhe é mostrado o que o assediante, ele próprio, está imaginando. Não se pode duvidar de que o motivo original do [chulo] [...] seja o desejo de ver desmascarado o que é sexual.

Entretanto, por termos o obsceno como característico aos efeitos que esse interdito nos explicita, vemos que não estamos diante deste chiste como mero mecanismo de fuga de algo que ele encobre, mas como uso da palavra para esgaçar o oposto de seu processo de recalçamento. A palavra não dita, que antecede a que deve ser usada eufemisticamente, ganha função dissidente. Louÿs quer induzir que o não-dito é exatamente aquele que deveria ser dito. É ao designar a coisa interdita com o seu sentido chulo, mais elucidativo, que a palavra como pertinência e dissidência ganha potência. Digamos, *n'importe quoi!*

É exatamente daí que fomos capazes de perceber uma semelhança dessa modulação do obsceno, na raiz de energias vitais (cf. SONTAG, 1987) e em sua face negativa implícita ao que ele mesmo explicita, com o funcionamento do discurso consciente de acordo com pensamento inconsciente defendido pelo *setting* psicanalítico.

Para Perez (2017, p. 53) “o pensamento inconsciente surge no meio desse discurso da consciência revelando a verdade do sujeito, que o implica em cena”. A rejeição a uma forma de significação enunciativa em detrimento de outra aceitável à moralidade já deduz que, para a psicanálise, não é exatamente essa palavra escolhida que mais importa, mas aquelas que, em circunstâncias de livre associação, encobrem as que carregam verdadeiramente a implicação do sujeito em seu lugar diante da cena inconsciente.

O que interessa à psicanálise é que o discurso da consciência não é unívoco, não ordena unidirecionalmente, senão equívoco, o que não tem relação com equivocação, mas com polissêmico. Há um curto-circuito entre aquilo que penso, aquilo que acho que penso, aquilo que digo o que penso e aquilo que queria ter dito quando disse o que pensava”. (PEREZ, 2017, p. 103).

Diante disso, nos pondo frente às enunciações imperativas de Louÿs, tal como: “Não diga: ‘É a maior puta da terra.’ Diga: ‘É a melhor menina do mundo.’” (LOUÏS, 2005, p. 108); somos capazes apenas de perceber, na afirmação do interdito, o reconhecimento de que entre negar um dizer e dizê-lo, buscamos semelhantemente reproduzir na sociedade a ilusão do controle puritano sobre os corpos sob a mesma medida em que os equívocos na vontade de “querer” dizer algo por meio da linguagem não dá conta do que “queríamos” dizer.

#### **Alguns dizeres à guisa de conclusão**

À essa altura, precisamos ressaltar que o presente trabalho ganhou novos contornos diante de leituras empreendidas no intervalo entre a submissão de sua proposta de apresentação e após a sua comunicação oral. Isso decorreu da compreensão de que a proposta não seria minimamente satisfatória, caso persistíssemos atrelados ao conceito, inicialmente cogitado, de “coisa-em-si” a partir do aparato psicanalítico que delineamos como suporte teórico. O obstáculo que seria manter-se nos arredores desse segmento, de base lacaniana, foi evitado mediante a compreensão de que a “coisa-em-si”, que se supunha ser relativa à manifestação de um significante de impacto obsceno, na verdade trata de outra relação objetal, inatingível enquanto experiência fenomênica, pois dialoga com uma noção absoluta de coisa ulteriormente insuperada, mas eternamente buscada em uma origem que conduziria sentido a tudo.

Como estratégia de exposição de nossa proposta, a leitura do pequeno texto de “Diga... Não diga...” aos demais participantes do grupo de trabalho serviu de exemplo dos efeitos que essa modulação do “obsceno obsceno” é capaz de causar. O experimento nos possibilitou a confirmação de como o arbitrário cultural e moral, ao qual o pornográfico rompe ao se materializar nas interlocuções, torna o mal-estar civilizacional tão evidente quanto agente da tensa marginalidade dos interditos. Se a centralidade da dimensão inconsciente é barrada por uma primazia da razão dos bons costumes, ela não



deixa de precaver-nos da parcela significativa daquilo que está sorrateiramente à mostra entre a carne e a palavra.

### Referências

BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria lexical*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

ECO, Umberto. Abertura, informação, comunicação. In: \_\_\_\_\_. *Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas*. São Paulo: Perspectiva, 1991. p. 93-148.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1976] 2017.

FREUD, Sigmund. O inconsciente. In: \_\_\_\_\_. *A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, [1915] 1996b. p. 163-222. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira; vol. XIV)

\_\_\_\_\_. *Os chistes e a sua relação com o inconsciente (1905)*. Rio de Janeiro: Imago, [1905] 1996a. (Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira; vol. VIII)

GAY, Peter. *A educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (Coleção Experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud; vol. 1).

\_\_\_\_\_. *A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (Coleção Experiência burguesa: da Rainha Vitória a Freud; vol. 2).

LOUÏS, Pierre-Félix. *Manual de civilidade destinado às meninas para uso nas escolas*. Trad. Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Ícone : Imaginário, 2005. (Coleção ARS erotica)

\_\_\_\_\_. *Manuel de civilité pour les petites filles à l'usage des maisons d'éducation*. Londres: Chiffre, 1947.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach e História: rascunhos e anotações (do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846). In: \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã e seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-78.

MORAES, Eliane Robert. O efeito obsceno. *Cadernos Pagu*, Campinas-SP, n. 20, p. 121-130, 2003.

PEREZ, Daniel Omar. *O inconsciente: onde mora o desejo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. (Para ler Freud)

PERINI, Mário Alberto. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. São Paulo: Ática, 1997.

PORTELLA, Oswaldo. Vocabulário etimológico básico do acadêmico de Letras. *Letras*, Curitiba, n. 33, p. 103-119, 1984.

RODRIGUES, Hermano de França. Com tabu é mais gostoso. *Revista Psicoterapia*, São Paulo, v. 6, p. 11-15, 2015. (Especial Terapias)

SONTAG, Susan. A imaginação pornográfica. In: \_\_\_\_\_. *A vontade radical: estilos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 41-76.